



# CONCURSO PÚBLICO – PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A):

Nº DE INSCRIÇÃO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS

**CARGO: ADVOGADO**

### **INSTRUÇÕES:**

#### **VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:**

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

#### **VOCÊ DEVE:**

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo: [■].

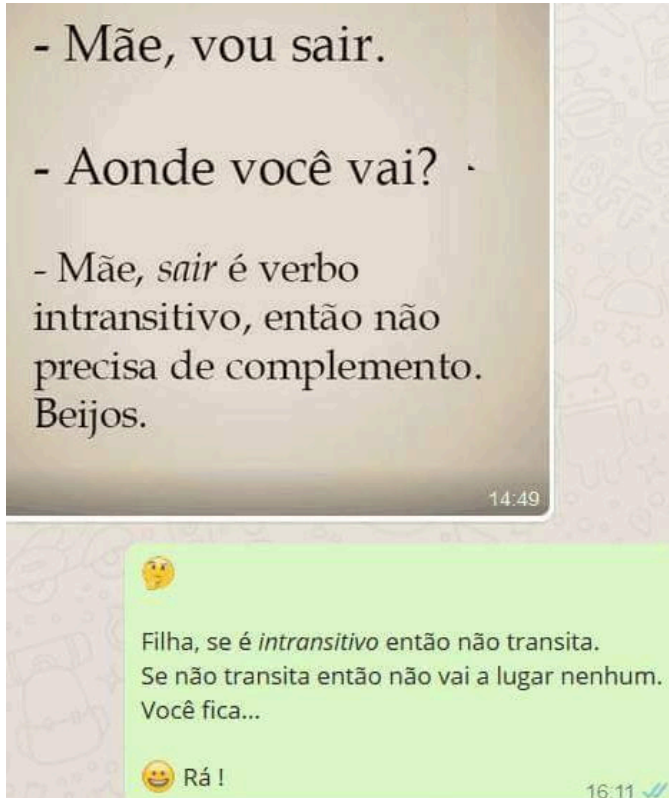
#### **ATENÇÃO:**

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

## I - LÍNGUA PORTUGUESA (1 A 12)

Peso 2

## TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 E 2



1. Das alternativas abaixo, apenas uma, apresenta a mesma transitividade do verbo mencionado acima.

- a) Assistirei em uma nova cidade.
- b) Assiste às novelas.
- c) Todos visam à aprovação
- d) O caçador visa a caça.
- e) João namorou Maria que namorou José.

2. Depreende-se corretamente do texto e desse gênero textual que:

- a) A comicidade é marca constante desse gênero textual.
- b) As vírgulas depois dos nomes “*mãe e filha*” separam o sujeito do predicado.
- c) Em “*não vai a lugar nenhum*” O acento grave deveria ser usado a fim de deixar o enunciado de acordo com a norma culta.
- d) “*aonde*” pode ser substituído por “*onde*” que o enunciado permanece de acordo com a norma culta.
- e) A ironia está presente nos dois diálogos.

3. Dos enunciados abaixo, apenas um, apresenta concordância nominal correta.

- a) Dê-me trezentas gramas de presunto.

- b) Ela está meio confusa.
- c) Essa mulher é meia complicada.
- d) Aqui tem menas maçã.
- e) Essas frutas custam caras.

4. O acento grave foi omitido, de propósito, em alguns enunciados abaixo. Aponte a alternativa em que ele ocorre de modo obrigatório.

- a) Chegamos a casa.
- b) Ainda irei a Roma.
- c) Aspiramos as grandes conquistas modernas.
- d) Pagamos todas as contas.
- e) Resolva as causas impossíveis.

## TEXTO PARA A QUESTÃO 5



[https://roupanovaval.files.wordpress.com/2008/06/anuncio\\_educacao.jpg](https://roupanovaval.files.wordpress.com/2008/06/anuncio_educacao.jpg) Acesso em 31-07-16

5. O anúncio foi produzido com a finalidade de:

- a) Denunciar um problema: o alto índice de analfabetos brasileiros.
- b) Denunciar um problema: a precariedade das escolas públicas.
- c) Denunciar uma causa dos problemas referentes à educação brasileira.
- d) Mostra que os governantes não se preocupam com a população brasileira.
- e) Faz referência aos analfabetos residentes em algumas regiões do Brasil.

## Texto para as questões 6 e 7

**Médico debocha de paciente na internet: 'Não existe peleurmonia'**

Um médico plantonista no Hospital Santa Rosa de Lima, em Serra Negra (SP), foi afastado do trabalho após ter uma foto sua publicada numa rede social com o título “Uma imagem fala mais que mil palavras”. Na foto, Guilherme Capel Pasqua mostra o receituário médico com o seguinte dizer: “Não existe peleurmonia e nem raôxis”.

Vinte minutos antes da postagem, na quarta-feira (27), o médico havia atendido o mecânico José Mauro de Oliveira Lima, 42 anos, que estudou até o segundo ano do ensino fundamental e não sabe como falar corretamente algumas palavras.

Seu enteado, o electricista Claudemir Thomaz Maciel da Silva, de 25 anos, o acompanhava na consulta e revela que, assim que souberam o diagnóstico, o mecânico perguntou sobre o tratamento para a "peleumonia". A reação do médico não foi muito profissional, afirma Claudemir.

"Quando meu padrasto falou pneumonia e raios X de forma errada, ele deu risada. Na hora, não desconfiamos que ele iria debochar depois na internet. O que ele fez foi absurdo. O procurei e escrevi para ele na rede social que, independente dele ser doutor, não existe faculdade para formar caráter. Assim que ele viu minha postagem, apagou a foto. Ele não quis conversar com a gente", diz Claudemir.

O electricista conta que o padrasto ainda não sabe que virou assunto na internet e teme pela reação dele. Claudemir diz que o mecânico não pôde estudar por falta de dinheiro.

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/medico-debocha-de-paciente-na-internet-nao-existe-peleumonia.html>  
Acesso 29-07-16

6. O verbo que apresenta mesmo tempo e modo do destacado abaixo, está na alternativa:

"o mecânico não **pôde** estudar por falta de dinheiro".

- a) O electricista conta.
- b) Não sabe como falar corretamente algumas palavras.
- c) Uma imagem fala mais que mil palavras.
- d) O acompanhava na consulta.
- e) Não desconfiamos.

7. Sobre os aspectos gramaticais presentes no texto é correto afirmar que:

- a) Em "Quando meu padrasto falou pneumonia e raios X" há uma ideia remissiva de localidade presente no enunciado.
- b) Há uma oração substantiva em "mecânico José Mauro de Oliveira Lima, 42 anos, que estudou até o segundo ano do ensino fundamental".
- c) em "apagou a foto" o sujeito do enunciado é : a foto.
- d) Há um objeto direto em forma de oração subordinada em "o padrasto não sabe que virou assunto na internet"
- e) Em "Ele não quis conversar com a gente" o verbo querer deve ser grafado com "z" a fim de seguir a norma culta.

8. Observe a placa abaixo e marque a alternativa correta.



[https://www.google.com.br/search?q=placa+de+aluga-se&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwjEu9rHzK\\_OAhWFGZAKHZMaAMkQsAQIIA&biw=1231&bih=525#imgrc=Qh4mI1VtQtZyhM%3A](https://www.google.com.br/search?q=placa+de+aluga-se&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwjEu9rHzK_OAhWFGZAKHZMaAMkQsAQIIA&biw=1231&bih=525#imgrc=Qh4mI1VtQtZyhM%3A)

- a) O primeiro verbo está correto, pois não há sujeito na oração, o que se justifica pelo índice que indetrmina o sujeito.
- b) O segundo verbo está correto, pois há sujeito na oração sendo a partícula "se" apassivadora.
- c) O primeiro verbo está correto, pois há sujeito na oração, sendo a partícula "se" índice de indeterminação do sujeito.
- d) O segundo verbo está correto, pois há sujeito na oração, sendo a partícula "se" índice de indeterminação do sujeito.
- e) Os dois verbos seguem o padrão culto da linguagem. Não havendo influência da partícula "se".

### TEXTO PARA AS QUESTÕES 9 E 10

A Estrela  
( Manuel Bandeira)

Vi uma estrela tão alta,  
Vi uma estrela tão fria!  
Vi uma estrela luzindo  
Na minha vida vazia.

Era uma estrela tão alta!  
Era uma estrela tão fria!  
Era uma estrela sozinha  
Luzindo no fim do dia.

Por que da sua distância  
Para a minha companhia  
Não baixava aquela estrela?  
Por que tão alto luzia?

E ouvi-a na sombra funda  
Responder que assim fazia

Para dar uma esperança  
Mais triste ao fim do meu dia.

<http://www.casadobruzo.com.br/ poesia/m/estrela.htm>

9. Percebe-se que no início das duas primeiras estrofes há uma repetição de frases. Essa repetição consiste em uma figura de linguagem que chamamos de:

- a) Eufemismo.
- b) Antítese.
- c) Catacrese.
- d) Anáfora.
- e) Hipérbole.

10. Sobre os elementos que constituem o texto é correto afirmar que:

- a) Em “Era uma estrela tão alta” o advérbio “tão” modifica outro advérbio.
- b) O sujeito da primeira estrofe é “Na minha vida vazia”.
- c) É objeto direto o pronome oblíquo em “ouvi-a na sombra funda”.
- d) A palavra acentuada em “Por que da sua distância” ocorre por ser uma paroxítona terminada em “a”.
- e) Ao substituir o “mais” em “Mais triste ao fim do meu dia” por “mas” o enunciado permanece condizente com a norma culta.

**TEXTO PARA AS QUESTÕES 11 E 12**



Dik Browne. Hagar. In Folha de S.Paulo, 14/9/1997. Intercontinental

11. Sobre o uso acento grave nos quadrinhos acima é correto afirmar que:

- a) Não há necessidade de se usar o acento grave.
- b) É facultativo nos dois casos.
- c) É facultativo no primeiro caso e obrigatório no segundo.
- d) É obrigatório nos dois casos.
- e) É obrigatório no primeiro caso e facultativo no segundo.

12. Sobre os recursos linguísticos que compõe a tirinha, é correto afirmar que :

- a) No terceiro quadrinho, há dois períodos e dois sujeitos determinados.
- b) O período do terceiro quadrinho poderia ser iniciado por “contudo eu disse à mamãe”.
- c) No primeiro quadrinho, o verbo no infinitivo transmite uma ideia de continuidade.
- d) A acentuação das palavras no segundo quadrinho ocorre pela mesma razão.
- e) Em “ Ela começou a rir” há ausência do acento grave.

**II – RACIOCÍNIO LÓGICO (13 A 16)**  
**Peso 2**

13. Em uma caixa de sapatos existem duas bolas pretas, quatro bolas brancas e cinco bolas vermelhas. Serão retiradas N bolas dessa caixa, simultaneamente e de forma totalmente aleatória. O menor valor positivo de N, para que se possa garantir que haverá bolas de todas as cores, é:

- a) 6
- b) 7
- c) 8
- d) 9
- e) 10

14. Uma proposição logicamente equivalente à negação da proposição “se o passarinho late, então o cão não canta” é a proposição:

- a) o passarinho late ou o cão canta.
- b) o passarinho late e o cão canta.
- c) o passarinho não late ou o cão canta.
- d) o passarinho não late e o cão canta.
- e) o passarinho não late ou o cão não canta.

15 - Em uma escola da prefeitura, todos os professores de matemática foram admitidos recentemente. Sabe-se também que alguns professores admitidos recentemente são loiros. Sendo verdadeiras essas informações, é correto concluir que:

- a) com certeza, há professores de matemática que são loiros.
- b) alguns professores de matemática foram admitidos há muitos anos.
- c) todos os professores admitidos recentemente são necessariamente de matemática.
- d) todos os professores de matemática são necessariamente loiros.
- e) alguns professores de matemáticas podem ser loiros.

16. Sabe-se que a ocorrência de X é condição necessária para a ocorrência de Y e condição suficiente para a ocorrência de Z. Sabe-se, também, que a ocorrência de Z é condição necessária e suficiente para a ocorrência de W. Assim, quando Y ocorre,

- a) Z ocorre e X não ocorre
- b) Z não ocorre ou W não ocorre
- c) X e W ocorrem
- d) nem X nem Z ocorrem
- e) X não ocorre ou W não ocorre

### III – ATUALIDADES (17 A 20)

#### Peso 2

17. Considere os itens, colocando (V) ou (F) nos parênteses se caso for verdadeiro ou falso, respectivamente sobre o Bioma: Caatinga.

( ) Manifesta-se na maior parte do Nordeste brasileiro e apresenta clima semiárido, baixa umidade relativa do ar e altas temperaturas.

( ) Também conhecido como savana brasileira, é um bioma tropical com estações bem definidas de seca (inverno) e chuvas (verão).

( ) Apesar de toda a aridez, a região é rica em biodiversidade animal e vegetal.

( ) Em tupi-guarani significa “mata branca”, devido ao aspecto de sua vegetação em época de seca, em que as plantas perdem as folhas e os galhos ficam acinzentados.

A sequência correta é:

- a) V – F – F – V
- b) V – V – F – V
- c) V – F – V – V
- d) F – V – V – F
- e) V – V – V – V

18. Marque a alternativa correta:

\_\_\_\_\_ é um fenômeno associado à especulação imobiliária. Trata-se da expulsão de um grupo de pessoas de baixa renda de uma região, bairro ou cidade, para a entrada de outro, com maior poder aquisitivo. Em geral, esse deslocamento acontece através do aumento dos valores dos imóveis e aluguéis por melhorias nos serviços públicos e privados, como no caso das regiões que receberam as obras para as Olimpíadas. Isso obriga a população local a mudar-se para áreas mais periféricas, com piores serviços e baixa qualidade de vida.

- a) Gentrificação.
- b) Êxodo Demográfico Imparcial - EDI.
- c) Conurbação.
- d) Densidade Demográfica.
- e) Nenhuma das alternativas.

19. Obedecendo aos princípios de independência e imparcialidade, o atual Secretário-Geral das Nações Unidas – ONU é:

- a) Ban Ki-moon.
- b) Kofi Annan.
- c) Barack Obama.
- d) David Cameron.
- e) Liu Xiaobo.

20. Sobre o Vírus Zika no Brasil, julgue as afirmativas abaixo e marque a alternativa incorreta:

I- É uma doença viral aguda, transmitida principalmente pelo mosquito macho conhecido como o *Aedes aegypti*;

II- Vem sendo considerada uma doença maligna, na qual várias mortes foram registradas, principalmente na região Nordeste.

III- Não há vacina contra o Zika vírus.

Está(ão) incorreta(s)

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas a afirmativa II.
- c) Apenas a afirmativa III.
- d) Apenas as afirmativas I e II.
- e) As afirmativas I, II e III.

#### IV – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (21 A 40)

##### Peso 3

21. Conforme dispõe o Código Civil Brasileiro sobre os direitos de personalidade, marque a alternativa incorreta:

- a) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei; e, em se tratando de morto, terá legitimação para requerer tal medida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte; e tal ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- e) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

22. De acordo com o que normatiza a legislação civil em vigência no Brasil no que se refere às pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos de todos os sócios, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- d) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- e) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

23. Nos exatos termos das disposições da Constituição Federal de 1988, não compete aos Municípios:

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- d) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e rural.
- e) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

24. Conforme dispõem as normas constitucionais brasileiras, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra o disposto abaixo, salvo o presente na alternativa que não corresponde aos exatos termos da Lei Maior. Desse modo, assinale a referida alternativa:

- a) O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
- b) A segurança interna do País.
- c) A probidade na administração.
- d) A lei orçamentária.
- e) O cumprimento das leis e das decisões judiciais definitivas.

25. De acordo com o previsto na Lei n. 8.245/91, especialmente no que tange à ação de despejo, pode-se indicar como incorreta a assertiva:

- a) As ações de despejo devem ser processadas pelas regras do rito ordinário.
- b) Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterà o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária, em regra.
- c) Qualquer que seja o fundamento da ação dar-se-á ciência do pedido aos sublocatários, que poderão intervir no processo como assistentes.
- d) Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, o pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o pedido de cobrança dos aluguéis e acessórios da locação; nesta hipótese, citar-se-á o locatário para responder ao pedido de rescisão e o locatário e os fiadores para responderem ao pedido de cobrança, devendo ser apresentado, com a inicial, cálculo discriminado do valor do débito.
- e) Não se admitirá a emenda da mora se o locatário já houver utilizado essa faculdade nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à propositura da ação.

26. O Novo Código de Processo Civil disciplina os embargos de terceiro dentre os procedimentos especiais. Sobre esse tema e com base nos exatos termos da mencionada legislação, não podemos afirmar que:

- a) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.
- b) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 15 (quinze) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- c) Na petição inicial, o embargante fará a prova sumária de sua posse ou de seu domínio e da qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas.
- d) A decisão que reconhecer suficientemente provado o domínio ou a posse determinará a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse, se o embargante a houver requerido.
- e) Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento comum.

27. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao apresentado nas alternativas abaixo, exceto:

- a) A garantia ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b) A vedação à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- c) A vedação da acumulação remunerada de cargos públicos, em regra.
- d) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- e) A administração fazendária e seu pessoal terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

28. No que tange a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, pode-se afirmar que não constitui ato de improbidade administrativa contra os princípios da administração pública, notadamente:

- a) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- b) Deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- c) Frustrar a licitude de concurso público.
- d) Negar publicidade aos atos oficiais.
- e) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

29. Dentre as hipóteses previstas na Lei n. 8.666/93 em quais a licitação é dispensável, encontram-se as apresentadas abaixo, exceto:

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em resolução do Senado Federal.
- c) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- d) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- e) Para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

30. Assinale a alternativa correta a partir da análise das três proposições expostas abaixo, tendo como referência a observância à Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente, no diz respeito ao orçamento.

- I. É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

II. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

III. É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
- d) As afirmativas I, II e III são falsas.
- e) As afirmativas I, II e III são verdadeiras.

31. Ao tratar da ordem econômica e financeira, a Constituição Federal de 1988 prevê que constituem monopólio da União os relacionados abaixo, salvo:

- a) A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- b) A refinação do petróleo nacional, com exceção do petróleo de origem estrangeira.
- c) A importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades de refinação do petróleo nacional.
- d) O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.
- e) A pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, observadas as exceções constitucionais.

32. O Código Civil (Lei n. 10.406/2002) dispõe sobre a representação ao tratar dos fatos jurídicos. A partir disto, com fundamento em tal legislação e a respeito do mencionado assunto, marque a alternativa que não corresponde à correta.

- a) Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.
- b) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- c) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo. Para esse efeito, tem-se como celebrado pelo representante o negócio realizado

por aquele em quem os poderes houverem sido subestabelecidos.

d) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.

e) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. É de um ano, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação mencionada.

33. Marque a alternativa correta a partir do julgamento dos enunciados dos três itens expostos a seguir, considerando a observância ao Código Civil (Lei n. 10.406/2002), especialmente, no diz respeito aos negócios jurídicos.

I. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.

II. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

III. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

- a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
- d) As afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- e) As afirmativas I, II e III são falsas.

34. A partir do que emana o Código de Processo Civil em vigência, assinale a única alternativa abaixo que não apresenta nos exatos termos da mencionada legislação uma conduta do executado considerada atentatória à dignidade da justiça.

- a) Frauda a execução.
- b) Se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.
- c) Dificulta ou embaraça a realização da penhora.
- d) Resiste às ordens judiciais.
- e) Intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

35. Conforme dispõe a legislação processual civil brasileira, marque a única alternativa que não corresponde corretamente a uma hipótese de rescisão de decisão de mérito transitada em julgado.



- a) Se verificar que a decisão de mérito transitada em julgado foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- b) Se a decisão de mérito transitada em julgado for proferida por juiz impedido ou por juízo absoluta ou relativamente incompetente.
- c) Se a decisão de mérito transitada em julgado resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- d) Se a decisão de mérito transitada em julgado for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- e) Se obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

36. Nos exatos termos do Código de Processo Civil sobre as disposições gerais dos recursos, assinale a alternativa que não corresponde corretamente a uma das previsões de tal legislação.

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica. Cumpre ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.
- c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- d) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado ou ocorrer motivo de força maior que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.
- e) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

37. Segundo dispõe a legislação processual civil a respeito da ação de consignação em pagamento, é incorreto afirmar que:

- a) Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.
- b) Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.
- c) Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancário, poderá ser proposta, dentro de 3 (três) meses, a ação de consignação, instruindo-se a inicial com a prova do depósito e da recusa.
- d) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.
- e) Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo vencimento.

38. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Coremas, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O Prefeito fará publicar, diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior.
- II. O Prefeito fará publicar, mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa.
- III. O Prefeito fará publicar, anualmente, até quinze de março, pelo órgão oficial, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- e) Os itens I, II e III são falsos.

39. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Coremas, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de interesse

público, desde que não exceda as verbas orçamentárias.

II. São crimes de responsabilidade do Prefeito aqueles definidos pela legislação federal. Desse modo, a Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará Comissão Especial para apurar os fatos e apresentar relatório conclusivo ao Plenário, no prazo máximo de sessenta dias.

III. São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário Municipal ou em cargo da mesma natureza: ser brasileiro; estar no exercício dos direitos políticos; ser maior de dezoito anos; ter domicílio eleitoral e ser residente e domiciliado no município de Coremas, mantendo, convívio diário com a população.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Os itens I e II são falsos.
- e) Os itens II e III são falsos.

40. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Coremas, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Pertence ao Município o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais.

II. Pertence ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal.

III. Pertence ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- e) Os itens I, II e III são falsos.